

07

2010

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

**REVISTA DA
FACULDADE
DE CIÊNCIAS
HUMANAS
E SOCIAIS**



edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

DIRECTOR
Salvato Trigo

DIRECTOR-ADJUNTO
Maria do Carmo Castelo Branco

COORDENAÇÃO DE NÚMERO
Elisa Gomes da Costa, Pedro Reis, Rui Estrada

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Ana Viale Moutinho

CONSELHO CIENTÍFICO
Alicinda Cabral (UFP), Ana Isabel Sani (UFP), Ana Sacau (UFP), António Cardoso (UFP), António Regedor (UFP), Carla Barros (UFP), Celina Silva (U Porto), Eduardo Meditsh (U Federal de Santa Catarina), Eduardo Paz Barroso (UFP), Elsa Simões (UFP), Glória Jóluskin (UFP), Inês Gomes (UFP), Isabel Silva (UFP), João Casqueira (UFP), Joaquim Ramalho (UFP), José Soares Martins (UFP), Judite Freitas (UFP), Luísa Álvares Pereira (U Aveiro), Luísa Faria (U Porto), Luísa Vasconcelos (UFP), Manuel Gonçalves Martins (U Minho), Maria Angeles Pérez López (U Salamanca), Milton Madeira (UFP), Paula Mota Santos (UFP), Paulo Cardoso (UFP), Pedro Cunha (UFP), Raul Guimarães (UFP), Rosa Bizarro (U Porto-UFP), Rui de Melo (UFP), Rui Torres (UFP), Sandra Tuna (UFP), Sérgio Lira (UFP), Victor da Rosa (U Ottawa)

TÍTULO
Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, N.º 7 - 2010
© Universidade Fernando Pessoa

EDIÇÃO
Edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
Praça 9 de Abril, 349 / 4249-004 Porto Portugal
edicoes@ufp.edu.pt / www.ufp.pt

DESIGN E IMPRESSÃO DO INTERIOR
Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

IMPRESSÃO DA CAPA E ACABAMENTOS
Jobrile, Lda.

DEPÓSITO LEGAL 215362/04

ISSN 1646-0480

PERIODICIDADE Anual

LEMBRETE BIBLIOGRÁFICO Revista da FCHS, n.º 7, 2010

Esta revista está indexada na Fuente Académica.
O conteúdo dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

EDITORIAL

1. Termina com este número (7) a minha responsabilidade quanto à orientação / estruturação da *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais* – mantida neste número apenas porque a actual Directora entendeu, delicadamente, ceder-me essa função que já é a sua, mas que, pela desconstrução temporal dos acontecimentos e das funções, criou uma descontinuidade entre o trabalho da organização da Revista e a substituição da antiga pela actual (e por inerência) Directora-Adjunta. Só assim será explicável a colocação do meu nome no fim deste Editorial.

A responsabilidade de que falo é, contudo, naturalmente, repartida pelo Conselho Científico da Revista (a quem compete a sanção exigível e rigorosa dos artigos), pela Coordenação de Número (que tem o trabalho de reunir e, depois, distribuir os artigos pelos membros específicos do Conselho Científico) e pela Coordenadora Editorial. A todos, as minhas felicitações pelo trabalho realizado e o meu muito obrigada.

2. Este número segue a organização que instituí (com a devida autorização do Director), a partir do número 2, e que, para além das duas secções (correspondentes aos dois Departamentos), inclui também uma “Área temática” (que indicia áreas de conhecimento inter-relacionadas), uma secção de “Projectos”, iniciada no Número 5 da Revista, e a secção final onde se integram as recensões dos trabalhos científicos, publicados sob a égide da Universidade.

Este ano, a área temática centrou-se num *laço* integrador e coerentemente filiado no campo literário, reunindo as doze comunicações científicas (internas e externas) do Reitor da Universidade, de professores e de uma doutoranda da UFP – todos eles participantes no colóquio de Abertura do *Núcleo de Estudos do Modernismo em Língua Portuguesa*, com uma homenagem ao escritor Edgar Allan Poe – todos eles, de diversas formas, manifestando a influência deste escritor na literatura europeia, nomeadamente na portuguesa, a partir do século XIX.

O relativo equilíbrio entre os dois Departamentos, no que respeita ao número de obras publicadas e número de artigos recenseados, manifesta o crescente envolvimento científico da comunidade académica desta Faculdade (professores e alunos de pós-graduação) e, simultaneamente, neste dealbar da 2ª década do século XXI, a importância dada aos aspectos sociais e humanísticos, emprestando-lhes aquela “visão aberta e multipolar”, que preconizava o matemático João Filipe Queirós, o mesmo será dizer, envolvendo-os nos “movimentos do espírito” e nas “ciências da vida”.

Maria do Carmo Castelo Branco
(Directora Adjunta)

A PROVÍNCIA DA BELEZA

Paulo Tunhas

Professor Auxiliar

Instituto de Filosofia - Departamento de Filosofia

Faculdade de Letras

Universidade do Porto, Porto, Portugal

paulo.tunhas@gmail.com

RESUMO

A poética de Poe é aqui vista como tendo a sua base numa dupla distinção entre três formas de objectos de pensamento – a Verdade, o Belo e o Dever – e três capacidades do espírito – o Intelecto Puro, o Sabor e o Sentido Moral.

PALAVRAS-CHAVE

Beleza, Verdade, Puro intelecto, Gosto, Sentido moral

ABSTRACT

Poe's poetics is here conceived as having its basis in a twofold distinction between three kinds of objects of thought - the True, the Beautiful and the Duty – and three faculties of the mind – the Pure Intellect, the Taste and the Moral Sense.

KEYWORDS

Beauty, Truth, Pure Intellect, Taste, Moral Sense

Procurarei apenas, nas poucas linhas que se seguem, indicar um aspecto que me parece dever ser salientado na poética de Edgar Allan Poe: o modo como ela se institui sobre uma tripartição das faculdades do espírito à qual corresponde uma distinção entre três tipos muito gerais de objectos de pensamento.

O contexto de base em que é formulada a poética de Poe é, com efeito, o de uma divisão dos objectos de pensamento bem como dos fins e das operações do espírito que lhes correspondem. Assim, a divisão entre poesia e ciência corresponde à divisão entre prazer e verdade: "Na minha opinião, um poema opõe-se a uma obra de ciência por ter como seu objectivo imediato o prazer e não a verdade" (Poe, *Textos* 26). Em "O princípio poético," tal separação é ainda mais fortemente acentuada:

Com certeza que deve ser cego *aquela* que não percebe as diferenças radicais e abissais entre os modos de inculcação da verdade e da poesia. Deve ser um louco pela teoria e sem redenção possível aquele que, apesar destas diferenças, persiste ainda na tentativa de reconciliar os obstinados azeites e águas da Poesia e da Verdade (Poe, *Textos* 151, 152).

O soneto *To Science* expõe igualmente esta incompatibilidade que, segundo Poe, existe entre a percepção poética e a percepção científica (cf. Abrams 308).

O objecto da poesia é "a excelência, ou perfeição, em todos os pontos" (Poe, *Textos* 42). A afirmação da beleza, a posição da sua existência, é tudo o que interessa à poesia: a beleza é a "única e verdadeira tese poética" (Poe, *Textos* 47). Quais as condições dessa posição, dessa tese? Notemos apenas duas, a título ilustrativo: a relação todo/partes e o par repetição/variação. As poéticas, em geral, reclamam a unidade como princípio ordenador da composição. A poética de Edgar Allan Poe não é excepção. A "unidade de impressão," ou "unidade de efeito" que um poema provoca, o sentimento de "totalidade," são imprescindíveis, para que se verifique o prazer poético, como nos lembra "A filosofia da composição" (Poe, *Textos* 36-38). E "O princípio poético" repete-o: a unidade é um "requisito vital para todas as obras de arte" (Poe, *Textos* 142). A unidade é concebida à maneira orgânica, quer dizer, como um todo do qual nenhuma parte pode ser retirada sem prejuízo para a sua identidade (Poe, *Essays* 365). Um outro aspecto relativo ao prazer poético, e que se encontra intimamente associado ao tema da unidade, reside no par repetição/variação. Analisando, em "A filosofia da composição," "O Corvo," Poe nota que o "prazer resulta apenas do sentido de identidade – da repetição" (Poe, *Textos* 40). Mas para que a repetição e a identidade sejam mais efectivas, é necessário acrescentar-lhes um princípio de variação: "Resolvi diversificar, e assim grandemente intensificar o efeito, aderindo, em geral, à monotonia do som, enquanto continuamente variava a do pensamento" (40)¹. Ambos estes pares valem, em princípio, apenas para a província da Beleza, não para a da Verdade. Não valem, igualmente, para a da Paixão. Com efeito, Poe não se limita a opor Beleza e Verdade. Ele introduz – obedecendo nisso a uma tripartição dos objectos de pensamento que o jogo entre as três Críticas kantianas tornou clássica – uma terceira província, a da Paixão. A beleza, como já se viu, é "a única e legítima província do poema" e a "contemplação do Belo" é a mais segura fonte de prazer (Poe, *Textos*

1 Sobre a variação, cf. igualmente Poe (*Textos* 43, 45).

38). E ela distingue-se tanto da verdade – que corresponde à "satisfação do intelecto" e que remete para uma "precisão" que nada tem a ver com a beleza – como da paixão – que lida com a "excitação do coração" e que supõe a "intimidade" com o seu objecto (Poe, *Textos* 39). Em "O princípio poético" esta tripartição dos objectos será acompanhada por uma distinção de faculdades, uma "divisão do mundo da mente":

"Dividindo o mundo da mente nas suas três distinções mais imediatas e óbvias, encontramos o Puro Intelecto, o Gosto e o Sentido Moral (...) Da mesma maneira que o Intelecto se preocupa com a Verdade, assim o Gosto nos informa sobre o Belo, enquanto o Sentido Moral se responsabiliza pelo Dever" (Poe, *Textos* 152)².

Noutros textos, Poe designa o gosto como "faculdade de idealidade" <Faculty of Ideality>, o "sentimento da Poesia," o "sentido do belo," algo que cada poema deve excitar, e pode excitá-lo exactamente porque a humanidade se encontra dotada desse "Sentimento Poético," dessa "faculdade Poética" [recensão de livros de Joseph Rodman Drake e de Fitz-Greene Halleck (Poe, *Essays* 510, 511)]. A poesia é a "criada do Gosto" [recensão de *Ballads and Other Poems*, de Longfellow (685)], ela permite a actualização de uma disponibilidade que se encontra sempre já presente.

Convém notar – e mais uma vez aqui a referência a Kant aparece como necessária, se pensarmos no estatuto intermediário da *Crítica da faculdade de julgar* por relação às duas outras Críticas – que o Gosto possui uma função mediadora entre o Puro Intelecto e o Sentido Moral: "Coloco o Gosto no meio porque é exactamente essa a posição que ele ocupa na mente" (Poe, *Textos* 152)³, a de um "espaço intermediário" [recensão de *Ballads and Other Poems*, de Longfellow (685)]. Seria certamente útil inquirir mais longamente sobre o que faz o Gosto ocupar a posição que ocupa. Um ponto indisputável é o carácter indefinido da verdadeira beleza (cf. Bowra 190, que aproxima, neste como noutros aspectos, a posição de Poe da de Coleridge; e Abrams 137, que associa Poe e Longino). É a indefinição – noutros termos: a ausência de determinação – que garante a possibilidade mediadora do gosto, já que ela permite que a "província da beleza" não fique presa a nenhuma objectividade concreta (lembramos a crítica da "precisão" acima mencionada).

Esta articulação entre os três objectos de pensamento (Verdadeiro, Belo, Dever) e as três maneiras de pensar (Puro Intelecto, Gosto, Sentido Moral), repete, num plano superior, aquela relação entre o todo e as partes que é fundamental na poética de Poe e que, evidentemente, se encontra já em Aristóteles (no capítulo VII da *Poética*, Aristóteles, falando do todo <to holon> e da relação entre as partes, compara os mitos, ou fábulas, aos organismos vivos; e, no capítulo XXIII, referindo-se à identidade das leis da poesia e da tragédia, repete a ideia: a estrutura dramática do *mythos* da epopeia deve, tal como a da tragédia, ser constituída por "uma acção inteira e completa, com princípio, meio e fim, para que, una e completa, qual organismo vivente, venha a produzir o prazer que lhe é próprio"). Com efeito, o todo sistemático sobre o qual se institui a poética de Poe, integra, numa relação complexa, as várias partes que são os objectos de pensamento e as correspondentes maneiras de pensar. O

2 Cf. tb. a recensão de *Ballads and Other Poems*, de Longfellow (Poe, *Essays* 685; Bowra 177).

3 Tradução modificada.

que sugere, de resto, a possibilidade de uma poética da filosofia – matéria que me dispense aqui de abordar.

Procurei apenas, nestas muito breves linhas, mostrar, como indiquei no início, que a geografia das operações da mente de que parte Poe na sua poética obedece a considerações de sistematicidade fortes, ligadas a uma distinção entre várias faculdades do espírito e vários tipos de objectos de pensamento. Referi-me, e unicamente de passagem, à obra de Kant, como um lugar onde uma divisão idêntica se encontra, mas os exemplos poderiam ser outros. Desde Platão – a tríade do Belo, do Bom e do Verdadeiro – a autores tão diversos como Ernst Cassirer ou Rudolf Carnap, passando por certas versões dos transcendentais medievais, a relação entre o pensamento e os objectos foi muitas vezes assim concebida pela filosofia.

BIBLIOGRAFIA

Abrams, Meyer H. *The Mirror and the Lamp*. Oxford: Oxford UP, 1953.

Aristóteles. *Poética*. Ed. Eudoro Sousa. Lisboa: IN-CM, 1992.

Bowra, Maurice. *The Romantic Imagination*. Oxford: Oxford UP, 1980.

Poe, Edgar A. *Essays and Reviews*. New York: The Library of America, 1984.

---. *Textos teóricos*. Ed. Helena Barbas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.